



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

**PROTOCOLO SIC 758661910438**

**SECRETARIA:** Secretaria da Educação

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Imagens de denúncias. Existência de informações pessoais. Impossibilidade de fornecimento. Negado provimento.

**DECISÃO OGE/LAI nº 178/2019**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria da Educação, de número SIC em epígrafe, para acesso a imagens anexas de denúncias realizadas.
2. Em resposta, o ente informou que as denúncias constam como sigilosas em seu sistema, mantendo a resposta em recurso. Insatisfeito, apresentou o presente apelo cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme estipulado no artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. No presente caso em questão, as imagens anexas às denúncias realizadas podem trazer elementos que permitam a identificação e exposição da intimidade ou vida privada dos envolvidos. Nesse sentido, percebe-se que os dados solicitados podem incluir informações de natureza pessoal, passíveis de restrição de acesso nos termos do artigo 31, §1º, da Lei de Acesso à Informação.
4. A Lei de Acesso à Informação, ao mesmo tempo em que assegura o direito constitucional de acesso à informação, previsto no artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição da República, impõe ao Estado o dever de proteger a informação pessoal capaz de atingir a honra, a intimidade, a vida privada ou a imagem de indivíduos em seu artigo 31. Também o Decreto Estadual nº 58.052/2012, ao regulamentar a Lei no âmbito da Administração Pública Paulista, determinou a restrição de acesso às informações pessoais, conforme previsto nos artigos 27 e 35.
5. Por fim, é preciso lembrar que o §3º do artigo 31 da Lei admite hipótese excepcional de concessão do acesso às informações pessoais, mesmo sem o consentimento pessoal. Evidente que essa modalidade restrita de acesso a dados sensíveis não pode ser invocada de maneira leviana, tratando-se de informações protegidas pelo ordenamento jurídico, cuja divulgação pode acarretar sérias consequências, razão pela qual se exige a demonstração das circunstâncias fáticas afeitas a justificar a exceção legalmente prevista, nos termos da Lei. Na situação em exame, contudo, parece não ter havido apresentação de finalidade a caracterizar a excepcional hipótese de concessão de acesso a dados pessoais sob termo de compromisso de preservação da confidencialidade dos mesmos.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**OUVIDORIA GERAL DO ESTADO**

6. Assim, não havendo justificativa para acesso às informações pessoais, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento nos artigos 11, caput, e 31, §1º, da Lei, ausentes as hipóteses recursais do artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 14 de junho de 2019.



**VERA WOLFF BAVA**  
RESPONDENDO PELO EXPEDIENTE DA  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

Maria Márcia Formoso Delgin  
Assessora da Presidência  
Corregedoria Geral da Administração

MKL